



Davi destaca papel do Senado para avanço econômico

Presidente da Casa participou de evento com empresários nos Estados Unidos e afirmou que a aprovação da reforma da Previdência pelo Congresso retirou o país da rota da paralisia fiscal

O Congresso está determinado a promover as mudanças necessárias ao país, principalmente na área econômica, disse ontem em Orlando, nos Estados Unidos, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Em evento dos 40 anos da Honda, do qual também participaram os senadores Ciro Nogueira e Kátia Abreu, Davi afirmou que a reforma da Previdência, promulgada neste mês, é fruto do diálogo entre o Le-

gislativo e o Executivo e freará o crescente déficit previdenciário, além de estancar o aumento da dívida pública. Segundo ele, sociedade e agentes econômicos têm hoje compreensão mais clara sobre a necessidade de efetuar reformas para reduzir o gigantismo do Estado e promover a retomada do crescimento econômico. Os próximos desafios do Congresso, disse Davi, são as reformas tributária e administrativa. **3**

Preocupação com clima global marca seminário

O pessimismo sobre a proteção climática global foi a principal marca do seminário O Estado de Direito Ambiental: realidade e perspectivas no Brasil e na Alemanha, promovido ontem pelas Comissões

de Meio Ambiente e de Relações Exteriores. O encontro reuniu professores e juristas do Brasil e da Alemanha. Para Nelsinho Trad, o maior desafio do país é promover o desenvolvimento sustentável. **4**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Evento conduzido por Nelsinho (3º à esq.) teve brasileiros e alemães



Genalbo Magalhães/Agência Senado

Os 27 jovens senadores, um de cada estado e do Distrito Federal, encerram hoje a semana de atividades em Brasília

Jovens senadores votam hoje suas propostas

Depois de formar três comissões, elaborar e discutir suas propostas legislativas, os jovens senadores votam hoje no Plenário os três projetos apresentados. As

Comissões Cecília Meireles, Nísia Floresta e Sobral Pinto aprovaram ontem os pareceres sobre as propostas, resultado do trabalho iniciado na segunda-feira

pelos 27 estudantes selecionados para participar da edição de 2019 do Projeto Jovem Senador. Os temas são milhas aéreas, cidadania e olimpíadas escolares. **2**

Pesquisadores criticam cortes de verbas para o Censo de 2020

Convidados de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento criticaram o corte nas verbas para o Censo Demográfico de 2020. Segundo eles, a logística será prejudicada e informações

deixarão de ser coletadas, o que pode impactar a elaboração de políticas públicas em áreas como a saúde. O governo reduziu de R\$ 3,1 bilhões para R\$ 2,3 bilhões o dinheiro para o censo do ano que vem. **4**



Divulgação IBGE

Informações do censo são usadas para definir políticas e distribuir recursos

Debatedores criticam item do Estatuto da Segurança Privada **3**

Internautas querem isenção de impostos para cesta básica **2**

É preciso prevenir violência de gênero, diz Zenaide em evento **2**



Senado mais digital. A boa informação mais perto de você.

PUSH DE NOTÍCIAS

Cadastre-se no sistema de notificações do portal Senado Notícias e receba as principais notícias da Casa em tempo real.

Acesse www.senado.leg.br/noticias para se cadastrar.





Com os mapas dos estados e do DF em mãos, os 27 senadores comemoram na rampa em frente ao Congresso

Jovens senadores votam no Plenário três proposições

De autoria dos 27 estudantes que representam os estados e o DF, as propostas aprovadas seguirão para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e poderão até virar projetos de lei

OS JOVENS SENADORES reúnem-se no Plenário hoje, às 14h, para votar três projetos de autoria dos próprios estudantes. As Comissões Cecília Meireles, Nísia Floresta e Sobral Pinto, formadas por eles, aprovaram ontem os pareceres apresentados às três propostas, resultado do trabalho iniciado na segunda-feira pelos 27 alunos — um de cada unidade da Federação — selecionados para participar do Projeto Jovem Senador.

Uma das propostas obriga o poder público a promover e incentivar a participação de alunos de escolas públicas de educação básica em competições esportivas, concursos estudantis e olimpíadas em todas as áreas de conhecimento.

Outro projeto destina as milhas de companhias aéreas adquiridas com recursos públicos à aquisição de pas-

sagens ou hospedagens para que estudantes e professores participem de atividades escolares extracurriculares.

Constituição

O terceiro projeto do Senado Jovem institui o Minuto da Cidadania nas emissoras de rádio e TV e em sites na internet, para a divulgação de informações sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição.

Os pareceres das comissões aos projetos instruirão a votação pelo Plenário, que também examinará emendas às propostas. Os projetos aprovados serão encaminhados à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que decidirá se eles tramitarão como projetos de lei ou se serão arquivados.

O trabalho dos jovens senadores está sendo acompa-

nhado por seis consultores legislativos do Senado. A exemplo do que fazem rotineiramente junto aos senadores, os consultores orientam os estudantes na elaboração, discussão e votação das propostas. Roberta Assis coordena o grupo, composto também pelos consultores Cesar Van Der Laan, Eduardo Simão, Issana Rocha, Luiz Beltrão e Ronaldo Martins.

— As pessoas presumem que os alunos que vêm não têm muita vivência, nem consciência, e que as discussões são pobres. Mas a realidade que a gente vem vivenciando ano após ano é justamente o contrário — disse Roberta.

Segundo a consultora, a demonstração de que o debate é de alto nível é que os projetos propostos estão em sintonia com os temas em discussão no Congresso Nacional.

Senado e Correio debatem violência de gênero

A presidente da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, Zenaide Maia (Pros-RN), e a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, participaram ontem do 1º Colóquio de Violência de Gênero e Mídia. Realizado pelo Comitê Permanente de Promoção da Equidade de Gênero e Raça do Senado em parceria com o jornal *Correio Braziliense*, o evento fez parte da campanha de 16 dias pelo fim da violência contra a mulher, iniciada em 20 de novembro.

De acordo com Zenaide, é preciso investir em educação. Segundo ela, a violência está presente em todas as classes, mas entre as negras e pobres os números são alarmantes.

— Se para ter um teto, se alimentar ou estudar, você depende financeiramente de outra pessoa, você não é totalmente livre — afirmou.

Ilana disse que a violência simbólica muitas vezes passa despercebida porque as marcas deixadas não são visíveis, embora tenha reflexos

na educação, na cultura e na hereditariedade.

— A violência simbólica é aquela que quer invisibilizar a mulher. Que quer que a mulher não esteja nos locais de fala, de poder, não se faça presente.

Participaram do debate as jornalistas do *Correio* Dad Squarisi e Adriana Bernardes, a consultora do Senado Roberta Viegas, a professora Sinara Bertholdo, a assessora da ONU Isabel Clavelin e a especialista em gestão Cleide Lemos.

Internautas concordam com fim da taxa da cesta básica

Uma enquete do Data-Senado sobre a Proposta de Emenda à Constituição 126/2019, que proíbe a cobrança de impostos sobre os produtos que compõem a cesta básica, mostrou que a maioria dos participantes concorda com o texto. A PEC encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde aguarda a designação de relator.

Entre os que responderam, 92% pensam que a cobrança deve ser proibida, enquanto 6% acreditam que não deve. Além disso, 93% responderam que a cobrança de impostos dificulta o acesso aos itens da cesta básica e a mesma porcentagem concorda que a redução dos preços contribui para a saúde da população.

De Jorge Kajuru (Cidadania-GO), a PEC 126/2019 tem como objetivo favorecer as famílias mais pobres, que pagam caro pelos

produtos da cesta básica por conta dos tributos que incidem sobre eles.

Segundo o senador, é injustificável que elas suportem a elevada carga de tributos, pois os impostos impedem o pleno acesso ao nível de consumo básico.

O senador ressalta que a saúde está diretamente relacionada ao uso de produtos de higiene e de alimentos adequados. Assim, ao diminuir os tributos, o governo estaria também diminuindo despesas com hospitais e medicamentos.

“A proposta está em harmonia com o texto constitucional, visto que um dos direitos sociais é a alimentação e uma das diretrizes dos serviços públicos de saúde é a prioridade para as atividades preventivas. Devemos aproveitar a oportunidade para alterar a Constituição, de modo a estabelecer a imunidade para produtos essenciais”, justifica.



Para os participantes, valor menor ajuda a saúde da população

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Discursos e avisos da Mesa.

JOVEM SENADOR Votações

14h Sessão de votação dos jovens senadores.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Afastamos o Brasil da paralisia fiscal, diz Davi

Em evento da Honda em Orlando, presidente do Senado falou da importância da aprovação da reforma da Previdência e apontou os desafios da agenda econômica

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, afirmou ontem em Orlando, nos Estados Unidos, que o Congresso Nacional está determinado a promover as mudanças necessárias ao país, principalmente na área econômica. Para Davi, a reforma da Previdência, promulgada neste mês, é fruto do diálogo e do entendimento entre o Legislativo e o Executivo.

— O Brasil começa a receber um sopro renovador para a abertura econômica. Parece haver uma compreensão mais clara, por parte da sociedade e dos agentes econômicos, quanto à necessidade de promover reformas que reduzam o gigantismo do Estado e promovam a retomada do crescimento — disse.

Acompanhado dos senadores Ciro Nogueira (PP-PI)

e Kátia Abreu (PDT-TO), Davi participou da convenção de 40 anos da Associação Brasileira de Distribuidores Honda (AssoHonda). Atuante no Brasil desde 1971, a empresa inaugurou a fábrica de motos em Manaus cinco anos depois da chegada ao país.

— Apesar da inflação, dos juros e da turbulência política e econômica, o mercado de motocicleta consolidou-se no Brasil nesses 40 anos. Vocês mostraram que os desafios sempre podem ser superados — disse o presidente do Senado.

O presidente da Honda para a América do Sul, Issao Mizoguchi, anunciou investimento de R\$ 500 milhões na modernização da unidade Moto Honda da Amazônia, em Manaus, até 2021. A expectativa da empre-



Marcos Brandão/Agência Senado

Para Davi, reforma permitirá estancar déficit crescente da Previdência

sa é a geração de mais de 100 mil empregos diretos.

— As mudanças que o Parlamento fez e está fazendo na área econômica foram essenciais para garantir segurança jurídica. Confiamos na recuperação do setor e na estabilidade do país — disse.

Davi afirmou que a reforma previdenciária permitirá estancar o crescente déficit da Previdência e o aumento da dívida pública.

— A reforma da Previdência, aprovada pelos parlamentares e promulgada por mim, na qualidade de presidente

do Congresso Nacional, vai proporcionar economias ao Estado, permitindo um aumento dos investimentos governamentais.

De acordo ele, o Brasil precisa agora retomar a capacidade de investimentos.

— Nossos maiores desafios se resumem em retomar a capacidade de investimento do Estado brasileiro e tornar o ambiente mais amistoso e competitivo.

Davi citou outras reformas que considera fundamentais para alavancar a agenda econômica.

— Seguiremos trabalhando em outras reformas, como a tributária e a administrativa, com o intuito de criar um ambiente favorável à prosperidade econômica e à inclusão social — afirmou o senador.

Estatuto da Segurança Privada recebe críticas

Uma audiência ontem sobre projeto que cria o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras foi marcada pela discussão em torno de dispositivo do texto que atinge uma empresa específica de transporte de valores, acusada de funcionar como ferramenta de concentração vertical no setor de segurança.

Segundo o PLS 135/2010, relatado pelo senador Raulo Rodrigues (Rede-AP), instituições financeiras não podem ter participação no capital de empresas de segurança privada. É o caso da TBForte, transportadora pertencente à TecBan, que é a empresa que administra o sistema Banco24Horas. Os cinco maiores bancos do país

são acionistas da TecBan.

O presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Valores (ABTV), Ruben Schechter, afirmou que a atuação dos bancos através da TecBan e TBForte pressiona e distorce o mercado de caixas eletrônicos, dificultando a entrada de novos atores.

A superintendente da Tec-

Ban, Marcia Aldigueri, disse que o dispositivo é uma reação de grandes empresas transportadoras de valores que dominam a atividade.

Vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Roberto Longo afirmou que a barreira imposta pelo projeto pode encarecer os custos com o transporte de valores.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Roberto Longo, Selma Migliori, Ruben Schechter e Major Olimpio

Zequinha agradece conclusão da Usina de Belo Monte

Zequinha Marinho (PSC-PA) registrou ontem em Plenário a conclusão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em Vitória do Xingu (PA), inaugurada na quarta-feira por Jair Bolsonaro. Ele agradeceu ao governo federal e ressaltou que o estado vai poder contribuir ainda mais com o país.

— É a maior hidrelétrica puramente brasileira, com uma capacidade de mais de 11 mil megawatts de produção de energia. É um bem inestimável para a sociedade, principalmente para a economia e para a qualidade de vida.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Styvenson Valentim critica aumento do fundo eleitoral

Styvenson Valentim (Podemos-RN) criticou ontem em Plenário a derrubada pelo Congresso do veto presidencial ao projeto da minirreforma eleitoral na quarta-feira, que resultou no fim do limite ao valor do fundo eleitoral.

— Tirar direitos das pessoas de ter um hospital digno, uma segurança pública eficiente, uma educação melhor [...] e destinar todo esse dinheiro para 35 partidos? Já não basta os partidos hoje terem um orçamento que, em dez meses, pode ser mais alto do que o da segurança pública deste país?



Jefferson Rudy/Agência Senado

Burocracia é grande entrave à inovação, afirma Izalci Lucas

Izalci Lucas (PSDB-DF) destacou ontem a importância da inovação para o desenvolvimento do país. Segundo o senador, o Brasil ocupa apenas o 66º lugar entre 129 países no Índice Global de Inovação de 2019. Para ele, “a primeira pedra no caminho” dos projetos é a burocracia.

— O Brasil precisa participar desse processo de inovação. Quebrar barreiras burocráticas e estabelecer a eficiência para nortear esta caminhada nos ajudará a fortalecer o ecossistema de inovação brasileiro.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Alvaro Dias critica decisão sobre segunda instância

Alvaro Dias (Podemos-PR) criticou ontem a decisão de líderes partidários de abrir mão do andamento do Projeto de Lei do Senado (PLS) 166/2018, que altera o Código de Processo Penal para disciplinar a prisão após a condenação em segunda instância, para dar prioridade à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 199/2019 sobre o mesmo tema que tramita na Câmara.

— Da nossa parte não há acordo. Nós [do Podemos] não concordamos com esse tipo de estratégia marota, com esse acordão da impunidade.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Wellington defende mudança na PEC do Pacto Federativo

Vice-presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Municípios, Wellington Fagundes (PL-MT) anunciou ontem a apresentação de sugestão de mudança na Proposta de Emenda à Constituição 188/2019, que trata do pacto federativo. A emenda retira o trecho que prevê a extinção de municípios com menos de 5 mil habitantes que não comprovarem sustentabilidade financeira para se manter.

— Se o peso do custo dos municípios é muito alto, vamos discutir a eficiência das nossas administrações.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Zenaide Maia condena atual política econômica

Zenaide Maia (Pros-RN) disse ontem que as instituições financeiras alcançaram lucro de R\$ 107 bilhões em um ano porque estão extorquindo a população. Ela também considera contraditória a política econômica deste e de governos anteriores.

— Vêm dizer que a inflação caiu? A inflação não caiu. Um quilo de carne de primeira está por R\$ 30; um litro de gasolina por quase R\$ 5; um litro de óleo diesel, R\$ 4. Os colegas que elogiaram aqui a política econômica deste governo não têm como dizer que é positiva.



Gerardo Magela/Agência Senado

Paulo Paim se posiciona contra extinção do DPVAT

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que apresentará uma emenda pedindo a rejeição da medida provisória (MP 904/2019), que extingue o DPVAT.

O senador alertou que muitos donos de veículos não têm condições de adquirir um seguro privado que cubra a responsabilidade por danos pessoais contra terceiros.

— Somente em 2018, 328 mil vítimas ou seus parentes foram indenizados. Agora, quem vai indenizar daqui para frente por morte ou invalidez e reembolsar as despesas médicas? — questionou.



Gerardo Magela/Agência Senado

Cientistas apontam preocupação com o clima global em seminário

Perspectivas para o meio ambiente do Brasil e da Alemanha foram abordadas pelas Comissões de Relações Exteriores e de Meio Ambiente

A PROTEÇÃO CLIMÁTICA global não apresenta um quadro otimista do ponto de vista científico. Essa foi a principal mensagem do seminário O Estado de Direito Ambiental: realidade e perspectivas no Brasil e na Alemanha, promovido ontem pelas Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Relações Exteriores (CRE). De iniciativa de Fabiano Conatarato (Rede-ES) e Nelsinho Trad (PSD-MS), o evento teve como base a atuação das duas comissões em grandes temas da atualidade. Participaram autoridades dos Judiciários brasileiro e alemão e pesquisadores dos dois países.

A presidente do Grupo Especialista em Mudança do Clima da Comissão Mundial de Direito Ambiental da União Internacional para Conservação da Natureza, Christina Voigt, disse que as grandes concentrações de CO₂ registradas no planeta estão levando o mundo a um aumento de temperatura em torno de 3,2 graus, com graves consequências para o ser humano e para a natureza. De acordo com Christina, as metas de redução precisam chegar à escala zero e devem ser mantidas abaixo desse índice.

Presidente da CRE, Nelsinho Trad observou que o Brasil tem assumido todos os compromissos internacionais relativos ao desenvolvimento sustentável. Ele afirmou que o país conta com uma das



O presidente do STJ, João Otávio de Noronha, elogiou leis nacionais em debate dirigido por Nelsinho (2º à esq.)

legislações mais modernas do mundo nessa área, tendo sido aperfeiçoada ao longo dos últimos 60 anos. O senador, no entanto, apontou desafios para promover um desenvolvimento sustentável em consonância com a manutenção das condições de vida dos cidadãos e, ao mesmo tempo, manter o controle do território contra atividades ilegais. Nelsinho disse estar aberto ao diálogo e a sugestões construtivas para o setor.

Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o ministro João Otávio de Noronha lembrou que o Brasil conta com legislação e medidas sólidas de proteção ecológica, mas disse que somente o fortalecimento da educação e dos órgãos fiscalizadores levarão o país a cumprir com propriedade suas metas ambientais.

O ministro do STJ Herman Benjamin observou que todas as legislações determinam um meio ambiente equilibrado,

mas isso também envolve atribuições e responsabilidades. Ele afirmou ainda que, embora o Brasil tenha consciência e tradição institucional, é preciso reforçar a obediência às leis.

O secretário de Relações Internacionais do Ministério do Meio Ambiente, Roberto Castelo Branco, apontou a participação do Brasil na COP-25, que discutirá o Acordo de Paris a partir de segunda-feira, em Madri.

Direito ambiental

Segundo participantes do seminário, Brasil e Alemanha têm um sólido sistema legal de proteção do meio ambiente. Nos últimos anos, a expressão “Estado de direito ambiental” vem se consolidando na comunidade internacional. Nela, fica claro o propósito de “ambientalizar” o Estado de direito. Ou seja, a ideia de inexistir verdadeiro Estado de direito sem proteção efetiva do meio ambiente.

Segundo o professor da Universidade de Frankfurt, Eckard Reh binder, o princípio de Estado de direito ecológico é importante, mas não pode haver um nível exagerado de otimismo sobre o assunto.

Integrante do Conselho Consultivo do Governo Federal Alemão sobre Mudança do Ambiental Global, a professora Sabine Schlacke disse que é preciso concretizar as obrigações ambientais de cada um dos membros do Acordo de Paris. Para ela, os países precisam formular contribuições, redigir metas e comunicá-las devidamente.

Ao observar que o direito ambiental tem sido visto como uma espécie de barreira para o comércio, a professora da Universidade de Freiburg Cathrin Zengerling defendeu que essa parte do direito é fundamental para proteger o meio ambiente. E disse que o assunto só terá êxito quando for regulado de maneira integrada.

Heinze quer urgência para resolver situação de produtores

Luis Carlos Heinze (PP-RS) parabenizou em Plenário o ministro Og Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por deflagrar a Operação Faroeste, que resultou no afastamento de desembargadores do Tribunal de Justiça da Bahia e de juizes do oeste do estado. Os investigados são acusados de venda de decisões para legalizar terras na região, permitindo a grilagem de mais de 800 mil hectares, especialmente em Formosa do Rio Preto. O senador pediu urgência para que seja resolvida a situação dos produtores rurais.



Gerardo Magela/Agência Senado

Consórcio Nordeste busca capital europeu, diz Jean Paul Prates

Jean Paul Prates (PT-RN) registrou sua participação na primeira missão internacional do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, o Consórcio Nordeste, entre 17 e 22 de novembro. Governadores e outras autoridades foram à França, à Itália e à Alemanha com o objetivo de atrair investimentos para a região.

— Agendas como essa, na Europa, são necessárias não só para atrair novos investimentos, como para descentralizar a atenção desses investimentos do eixo tradicional Rio-São Paulo.



Gerardo Magela/Agência Senado

Cortes de verba prejudicam Censo 2020, dizem pesquisadores

Pesquisadores alertaram ontem para os cortes nas verbas do Censo Demográfico de 2020. O governo reduziu de R\$ 3,1 bilhões para R\$ 2,3 bilhões o dinheiro para o levantamento dos dados sobre a população brasileira. Em debate na Comissão Mista de Orçamento (CMO), foram várias as críticas aos cortes, que terão impacto especialmente na logística do censo.

A representante do Sindicato Nacional dos Servidores do IBGE, Dione Oliveira, pediu a recomposição das verbas.

— A gente tem que se contrapor a esses improvisos, resgatar o que já foi planejado, o que já foi testado e o orçamento que prevê as fases e as partes de realização do censo que são imprescindíveis, como o número de entrevistadores, a remuneração dos entrevistadores, o gasto com publicidade, toda a logística — que, essa sim, garante a qualidade.

O governo defende a ideia de que outras fontes oficiais podem substituir parte dos dados, como o valor dos aluguéis pagos e se as crianças estudam ou não na rede pública, por exemplo.

Políticas públicas

Para o pesquisador Rogério Barbosa, da Universidade de São Paulo (USP), a premissa do governo está incorreta.

— Se eu sei que a pessoa está na rede pública ou na rede privada pelo Censo Escolar, mas não sei a renda da família, isso não me diz se na verdade a criança está vivendo uma situação mais ou menos apertada até para pagar a escola privada ou para se deslocar para a escola pública. Essas informações coletadas no nível individual são de extrema importância e é só assim que a gente consegue focalizar a política e de fato fazer o orçamento valer.



Ao lado de Orlando Silva, Dione Oliveira, do IBGE, fala em audiência

De acordo com a pesquisadora Débora Pires, da Fundação Oswaldo Cruz, a falta de dados poderá levar a problemas na saúde, pela dificuldade que os órgãos terão em elaborar estratégias, definir prioridades e alocar os recursos.

— O censo é utilizado para distribuição de recursos, para informar política de transporte, política de saneamento, a quantidade de equipamentos (escolas, creches, hospitais), a Previdência, a composição

do mercado consumidor e de trabalho, os royalties do petróleo. Tudo é feito com base nas contagens populacionais, nas estimativas do censo e nas outras perguntas.

O debate foi proposto pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que fez um alerta.

— A sensação que eu tenho é de que há quem imagine que não fazer um levantamento teria como efeito a inexistência da realidade dura que existe no nosso país.

Da Agência Câmara

Girão espera que Anvisa não libere cultivo da Cannabis

Eduardo Girão (Podemos-CE) ressaltou que a Anvisa foi alçada a membro gestor do Conselho Internacional para Harmonização de requisitos técnicos para medicamentos de uso humano (ICH). Para o senador, isso vai munir a Agência de responsabilidade para decidir sobre o uso terapêutico da Cannabis no Brasil.

— Estou orando para que a nossa agência tenha muita serenidade e não aprove o cultivo dessa planta no nosso território, principalmente por sabermos que 95% dos insumos para medicamentos produzidos no nosso país são importados.



Jefferson Rudy/Agência Senado